



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 128 DE 27 DE FEVEREIRO DE 1.995.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETIVAR CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, nos termos do artigo 29, incisos XI e XII, e artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, envia a esta Augusta Casa Legislativa, com o seguinte teor:

Art. 1º - Para atender a necessidade temporária e/ou de excepcional interesse público, o Poder Executivo Municipal poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei.

Art. 2º - Considera-se necessidade temporária e/ou de excepcional interesse público:

- Assistência a situação de calamidade pública;
- Combate a surtos endêmicos e epidêmicos;
- Assistência a programas emergenciais;
- Admissão de professores;
- Admissão de médicos;
- Contratação de profissionais especializados, de notória capacidade técnica;
- Mão-de-obra simplificada para serviços não permanentes e de curta duração.

Art. 3º - O recrutamento de pessoal a ser contratado nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado, não prescindindo de concurso público.

Art. 4º - As contratações serão feitas por tempo determinado de até 12 meses.

Art. 5º - As contratações somente poderão ser feitas com observância da dotação específica.

Art. 6º - A remuneração do pessoal contratado nesta Lei, será fixada em importância não superior ao valor da remuneração constante nos Planos de Cargos e Salários do Município dos servidores que desempenham função semelhante, ou não existindo semelhança, as condições do mercado de trabalho, desde que não exceda o valor percebido como vencimento do Prefeito Municipal.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
GABINETE DO PREFEITO

Art. 7º - Ao pessoal contratado nos termos desta Lei aplica-se o disposto da Lei nº 8.647 de 13 de abril de 1.993.

Art. 8º - O pessoal contratado nos termos desta Lei não poderá:

I - Receber atribuições, funções ou encargos não previstos no contrato;

II - Ser nomeado ou designado, ainda que o título pro-cário ou em substituição, para o exercício do cargo em comissão ou função de confiança;

Parágrafo Único - A inobservância no disposto neste artigo importará na rescisão do contrato.

Art. 9º - O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-a, sem direito a indenização:

I - Pelo termino do prazo contratual;

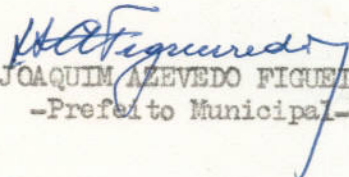
II - Por iniciativa do contratado;

§ 1º - a extinção do contrato nos casos do inciso II. Será comunicado com antecedência de 30 (trinta) dias.

§ 2º - a extinção do contrato, por iniciativa do Poder Executivo, decorrerá de conviniência Administrativa.

Art. 10º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE MT
EM 27 DE FEVEREIRO DE 1.995.


JOSE JOAQUIM AZEVEDO FIGUEIREDO
-Prefeito Municipal-